ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS PARA O LAZER: POSSIBILIDADES DA CRIANÇA AO JOGO NA CIDADE DE HORTOLÂNDIA-SP¹

Recebido em: 12/01/2012 **Aceito em:** 21/06/2012

Riller Silva Reverdito²
Silvana Vilela Capellari Costa³
Ester Jesus de Oliveira⁴
Simone Aparecida de Oliveira⁵
Faculdade Adventista de Hortolândia (FAECH-UNASP)
Hortolândia – SP – Brasil

Rute Estanislava Tolocka⁶
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)
Piracicaba – SP – Brasil

RESUMO: Levantar e analisar os espaços, equipamentos e as possibilidades da criança ao lazer no Município de Hortolândia-SP. Estudo descritivo e de caráter interpretativo. A partir do mapa de ocupação do solo do município de Hortolândia-SP (2009-2012) foi realizado o levantamento de 30 espaços que compõem o Sistema de Lazer para observação *in locu*. É possível afirmar que, apesar de existirem espaços, a maioria deles não está disponível para as crianças. O estudo revelou um problema de Política Pública no que tange às possibilidades da criança ao lazer, considerando suas características e mobilidade.

PALAVRAS CHAVE: Criança. Atividades de Lazer. Atividade Motora.

Licere, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012

¹Agradecemos ao apoio financeiro outorgado pelo programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Faculdade Adventista de Hortolândia e pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PROSUP) para realização desse estudo.

² Faculdade Adventista de Hortolândia/Curso de Educação Física (FAECH-UNASP), Laboratório de Estudos Aplicados em Pedagogia do Esporte e Educação Física Escolar (LEPEEF). Grupo de Estudos em Pedagogia do Esporte (GEPESP/FEF-Unicamp).

Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP/FACIS/CAPES, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia do Movimento (NUPEM).

³ Faculdade Adventista de Hortolândia/Curso de Educação Física (FAECH-UNASP), Laboratório de Estudos Aplicados em Pedagogia do Esporte e Educação Física Escolar, (LEPEEF).

⁴ Faculdade Adventista de Hortolândia/Curso de Educação Física (FAECH-UNASP), Laboratório de Estudos Aplicados em Pedagogia do Esporte e Educação Física Escolar (LEPEEF).

⁵ Faculdade Adventista de Hortolândia/Curso de Educação Física (FAECH-UNASP), Laboratório de Estudos Aplicados em Pedagogia do Esporte e Educação Física Escolar (LEPEEF).

⁶ Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP/FACIS), Programa de Pós-graduação em Educação Física, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia do Movimento, (NUPEM).

AVAILABLE PLAYGROUND AREAS AND PLAYGROUND EQUIPMENT: ACCESS OF CHILDREN TO RECREATION IN THE CITY OF HORTOLÂNDIA-SP

ABSTRACT: Evaluate the playground areas, playground equipment and the access of children to recreation in the city of Hortolândia-SP. Descriptive and interpretative study. Based on the land occupation map of the city of Hortolândia-SP (2009-2012), we made an assessment of thirty areas that encompass their recreation system for observation in locus. It is clear that although there are areas, most of them are not available to children. The study revealed a problem of Public Policy regarding the access of children to recreation, taking into consideration their characteristics and mobility.

KEYWORDS: Child. Leisure Activities. Motor Activity.

Introdução

A primeira década do século XXI foi marcada pela materialização de mudanças que perpassaram ao longo dos últimos três séculos. As mudanças não aconteceram a partir de um corte transversal, mas de forças centrífugas que alcançaram múltiplas dimensões de um processo situado historicamente. Nesse processo as crianças foram particularmente afetadas, sobretudo em relação ao espaço e tempo disponível para envolver-se em jogos que tem na motricidade sua forma mais eloquente de manifestação.

O jogo⁷ é uma atividade de grande expressão da infância (VIGOTSKY, 1991; PELLEGRINI; DUPUIS; SMITH, 2007), de modo significativo para a criança na construção de sua relação com o mundo e consigo mesma, como uma atividade que estimula a atenção, exploração, manipulação e a imaginação (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006), exerce papel fundamental para o desenvolvimento (WINNICOTT, 1975; VIGOTSKY, 1991; SPINKA; NEWEBERRY; BEKOFF, 2001; PELLEGRINI,

⁷Aqui adotamos o termo "jogo" da tradução para o inglês "play" de acordo com *Oxford Dictionaries* (2010) enquanto uma ação que se caracteriza pela diversão e lazer, ao invés de uma prática de propósito sério, evidencia-se um caráter de inutilidade aparente e de pretensão imaginativa. Também, não fazemos diferenciação na semântica do termo jogo em relação a brincar ou brincadeira, entendendo que todos os termos (jogo, brincar e brincadeira) possuem em sua natureza a mesma estrutura de significado. Esse conceito é compartilhado também por Pellegrini (2009).

2009). De tal modo, recebeu status de mobilização social na segunda metade de século XX.

O direito ao jogo apareceu reconhecido em 1959 na Declaração dos Direitos da Criança na Assembleia das Nações Unidas (GUEDES, 2007). Em 20 de novembro de 1989 foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas o artigo 31, em que os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e tempo livre, direito de participar de jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística (UNICEF, 1990).

Todavia, os municípios estão realmente priorizando a criança em suas Políticas Públicas no direito ao jogo? A considerar estudos que tiveram enquanto objetivo investigar os espaços e equipamentos de lazer (VEITCH et al., 2006; MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008; MARIANO; MARCELLINO, 2008; HOLT et al., 2008; ROTTA; PIRES, 2010) é possível levantar a hipótese de que não estão atendendo as crianças em seu direito.

O objetivo desse estudo foi verificar os espaços que compõem o Sistema de Lazer na cidade de Hortolândia no que tange as possibilidades da criança ao jogo, bem como o estado de conservação e adequação dos equipamentos. Também foi registrado o uso do espaço e as atividades de jogos que estavam sendo desenvolvidas.

Espaço e tempo do jogo

O engajamento das crianças em jogos transformou-se de forma significativa nos últimos quatro séculos, desde o espaço e tempo disponível às formas e conteúdo. Essas transformações foram sustentadas no bojo das mudanças na estrutura da sociedade contemporânea e alcançou o sentimento de infância, o papel da criança na família, a institucionalização da educação, a percepção da necessidade de proteção e controle da criança (ANDRADE, 1998), culminando com o êxodo das famílias para grandes centros urbanos e alteração no modo de subsistência. Entre as principais mudanças, a supressão dos espaços e o tempo disponível têm sido objeto de preocupação.

Nessa primeira década do século XXI encontramos inúmeros documentos apontando para a supressão do espaço e tempo dos jogos e suas respectivas consequências, tendo em vista o seu papel para a criança. Em se tratando da rotina das crianças em relação à estrutura familiar e suas atividades (GINSBURG, 2007), os jogos que têm na motricidade sua forma mais eloquente de expressão estão sendo suprimidos (FERREIRA NETO; MALHO, 2004), embora as oportunidades para participar de jogos fisicamente ativos contribuam significativamente para seu desenvolvimento.

Os fatores de supressão do tempo disponível para o jogo são apontados desde o controle parental na gestão do tempo da criança para o jogo (RABINOVICH, 2003; FERREIRA NETO, 2007) às práticas de exploração infantil, violência urbana, redução dos períodos de recesso (tempo livre), estilo de vida apressado e pressionado (GINSBURG, 2007), orientado segundo atitudes e valores considerados socialmente adequados, que estão cada vez mais padronizados, principalmente em função da preparação acadêmica.

Na instituição escolar as restrições ao jogo têm sido severamente documentadas (CARVALHO; ALVES; GOMES, 2005; TOLOCKA et al., 2009; FARIA et al., 2010, TOLOCKA; BROLLO, 2010). As manifestações de jogos têm se limitado a exercícios repetidos de discriminação visual, motora e auditiva, através do uso de brinquedos, desenhos e músicas, valorizando atividades de cunho pedagógico, pautada em um

histórico de educação dicotômica entre o jogo e a prática profissional e por padrões de rotina que privilegiam atividades fisicamente passivas.

Outro aspecto a ser considerado em relação ao tempo disponível é a participação da figura dos pais cada vez mais distante dos jogos das crianças, substituída pela do adulto cuidador. Os pais, na busca pelo equilíbrio entre trabalho e repouso, limitam-se em oferecer às crianças as melhores oportunidades e espaços para o uso do tempo livre, porém, sem participar diretamente dele (McARDLE, 2001; GINSBURG, 2007; LANCY, 2007).

O processo de urbanização desenfreado, a industrialização das cidades, o aumento do tráfego de veículos, combinado com um distante projeto de ocupação do solo, limitaram os espaços urbanos disponíveis para a criança engajar-se em jogos no cotidiano (FERREIRA NETO, 1999; TEVES, 2001; RABINOVICH, 2003; BERNARDES, 2005).

Do mesmo modo, considerando a disponibilidade de recursos e tecnologia de entretenimento e comunicação, por conseguinte, o resultado tem sido a troca de espaços urbanos livres orientados para jogos fisicamente ativos, para atividades voltadas para o interior das residências com o advento da televisão e internet (ALVES; GNOATO, 2003; MARCELLNO; BARBOSA; MARIANNO, 2008; CESCHINI et al., 2009).

A segurança no ambiente físico e social é um dos fatores inibidores das oportunidades para a criança jogar livremente, logo que ficam dependentes da disponibilidade de tempo e da motivação dos pais para frequentarem esses espaços, além da inadequação dos equipamentos (HOLT et al., 2008; VEITCH et al., 2006).

Como apontado por Ginsburg (2007) existem inúmeras pressões sobre as oportunidades para a criança experienciar jogos, partindo da dimensão do macro

(município, estado, federação, legislação) ao contexto imediato (micro) no qual a criança está inserida (casa, escola). De tal modo, na perspectiva do papel do jogo para o Desenvolvimento Humano e enquanto direito que deverá ser garantido à criança, o que se pergunta é o que está sendo feito enquanto Políticas Públicas de lazer para a criança acerca do espaço e tempo disponível para jogo.

A administração pública, enquanto atividade desempenhada para assegurar e coordenar ações de desígnio coletivo (MARCELLINO, 2008b, 2008c), significa uma ação no âmbito da esfera humana enquanto uma questão de cidadania, com o objetivo de democratizar o espaço e o tempo disponível para a criança envolver-se em atividades de jogos.

Em se tratando de uma cultura de jogos da criança⁸ é fundamental que haja disponibilidade de espaços, considerando os significados atribuídos por ela, bem como sua capacidade de mobilidade (autonomia⁹), conteúdo e adequação dos equipamentos às suas características (GIRADE; DIDONET, 2005). Enquanto Políticas Públicas de Lazer (MARCELLINO, 2008a; MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008) em relação ao direito e espaço democrático para a criança, deveriam ser considerados aspectos relacionados à construção dos espaços, conservação, divulgação, preservação do patrimônio ambiental urbano, ações de incentivo a utilização e de quadro de profissionais.

O desafio acerca de Políticas Públicas capazes de priorizar a criança perpassa por compreendê-la como um sujeito historicamente situado e legítima em si mesma,

⁸ Cultura "da criança" significa dizer que ela é sujeito ativo no processo de construção cultural, situado historicamente, assumindo papel de agente crítico, criador e criativo, capaz de apropriar-se daquilo que foi produzido por outros, bem como deixar sua contribuição. Desse modo, opondo-se à perspectiva de uma cultura para a criança, em que a criança passa a ser apenas agente consumidor da cultura produzida

Autonomia aqui é observada a partir do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990) da proteção e direitos da criança de até 12 anos de idade incompletos. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012

bem entender o jogo como necessidade e manifestação humana, detentor de significados próprios atribuídos pela criança que joga, igualmente, também na ampliação do sentido e na dimensão da compreensão do lazer.

Entretanto, ainda que exista uma legislação ampla, a partir de estudos que tiveram como objetivo principal investigar Políticas Públicas de Lazer, especificamente os espaços e equipamentos, é possível endossar conjecturas que a criança está muito distante de ser prioridade no que tange ao seu direito ao jogo nas políticas urbanas (VEITCH et al., 2006; MARCELLINO et al., 2007a; MARCELLINO et al., 2007b; MARIANO; MARCELLINO, 2008; HOLT et. al., 2008; ROTTA; PIRES, 2010). Ou seja, a legislação não está sendo desenvolvida. Assim, estudos sobre espaços, equipamentos de lazer e as necessidades da criança para praticar o jogo, movimentandose ativamente, precisam ser realizados.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo de caráter descritivo-interpretativo de observação *in locu*, do tipo não participativa, com roteiro previamente definido. O estudo aconteceu mediante as categorias de análises definidas para observação, que foram registradas em caderno de campo. Os critérios para o estabelecimento da amostra, em termos de cidade, foram feitos por amostragem não probabilística, por acessibilidade e representatividade.

A cidade de Hortolândia, município brasileiro, está localizada na região metropolitana de Campinas-SP, com uma população em 192.225 mil habitantes (IBGE, 2010a), é uma das maiores densidades demográficas da região. O crescimento da população entre os censos de 2000-2010 foi de 39.702 mil habitantes (26,03%), com uma população 100% residente em perímetro urbano.

Hortolândia pertenceu ao município de Campinas até a década de 1950, posteriormente foi elevada a distrito do município de Sumaré e foi emancipada em 19 de maio de 1991 (MORAIS; SANTOS, 2009). Hortolândia é considerada hoje um dos polos químico-farmacológico e tecnológico mais importante do país, com 435 indústrias, 2.346 estabelecimentos comerciais, 2.610 empresas de prestação de serviço, um PIB de 4 bilhões de reais em 2009, uma renda per capita em 2010 de R\$ 1.200,00 e taxa de desemprego em apenas 4% da população economicamente ativa¹⁰. Ocupa a posição 97º dos municípios mais ricos do Brasil (IBGE, 2010a), colocando-a como o município com maior índice de emprego e renda (0,9853) no país (IFDM, 2010).

Considerando a taxa de crescimento populacional, emprego e renda, PIB e o número de indústrias, em 19 anos de municipalização, Hortolândia pode ser considerada um município em ascensão, ocupando a posição 34º entre os melhores municípios do país e o 32º no estado de São Paulo (IBGE, 2010a; IFDM, 2010).

A pirâmide etária aponta para uma maioria populacional (homens e mulheres) composta por 30.926 crianças (com idades entre 0-9 anos), 31.147 jovens (com idades entre 10-19 anos) e 29.005 adultos jovens (com idades entre 20-29 anos)¹, destacando o número de crianças e jovens em relação à mesma faixa etária no Estado de São Paulo e no Brasil, o que pode ser observado na taxa de matrícula (49.354 crianças e jovens) de 2009 (IBGE, 2010b).

O levantamento dos espaços que compõe o Sistema de Lazer¹¹ foi feito a partir do mapa de ocupação do solo (2009/2012) fornecido pela Secretaria de Planejamento

Secretaria de Indústria, Comércio e Servicos da prefeitura Municipal de Hortolândia (HORTOLÂNDIA, 2010).

¹¹ Os espacos e equipamentos apresentados nesse tópico correspondem aos dados fornecidos pela Secretária de Planejamento Urbano e pela Secretária de Esporte e Recreação da Prefeitura Municipal de Hortolândia, nos quais o Sistema de Lazer é definido como área arborizada reservada a atividade de recreação e ou contemplação e repouso, como: praças, jardins, parques, áreas verdes e praças esportivas. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012

Rute Estanislava Tolocka

Urbano da Prefeitura Municipal de Hortolândia. Foram escolhidos aleatoriamente 30 espaços de 248 espaços identificados. A observação foi realizada no mês de julho, que corresponde ao mês de férias escolares, por dois observadores treinados e com roteiro pré-definido.

Os horários e dias para observação foram determinados de acordo com critérios de acessibilidade do pesquisador, considerando os seguintes itens: a) deveria ser realizado em período entre as 08h - 11h30 e 13h - 18h30; b) alternando em pelo menos três dias semanais. Nos espaços foi realizada uma (1) observação in locu, com duração média de 2h20 minutos em cada espaço para registro. O roteiro para observação foi desenvolvido de acordo com Minayo (1996), prevendo a descrição do espaço (equipamentos, quantidade e estado de conservação) e do seu entorno (bairro, ruas, tráfego de veículos e acesso ao local), limpeza (sólidos, orgânicos e odores) e segurança (proteção contra risco de acidentes) e utilização do espaço (grupos etários e atividades). A análise dos dados foi realizada seguindo os seguintes passos: descrição, classificação e interpretação (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A caracterização dos espaços e equipamentos foi feita de acordo com a definição de Marcelino (2006a, p. 66, grifo nosso), para o qual "espaço é entendido como suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade". Desse modo, os espaços foram classificados de acordo com as características dos equipamentos e função.

Resultados

No mapa de ocupação do solo o Sistema de Lazer aparece como espaços de uso público caracterizados como praças, áreas verdes, parque ecológico, quadra poliesportiva e parque infantil. Dos 30 espaços em que foi realizada a observação in *locu*, foram distinguidos doze sendo praças (21, 28, 70, 104, 110, 113, 151, 160, 171, 240, 243, 244), três como praças e parque (37, 195, 266) e um espaço orientado para a prática de atividade esportiva (255), considerando as características dos equipamentos (QUADRO 1).

QUADRO 1

Espaço, dimensões, horário da observação, características dos equipamentos e uso dos espaços urbanizados.

Espaço*	Área ocupada	Horário da Observação	Característica dos Equipamentos	Uso do espaço.
21	800m²	16h50	Praça. Arborizada.	
28	680m²	11h40	Praça.	
37	3.656m²	17h30	Praça. Parque. Pavimentada. Playground. Quiosque e bancos para repouso.	Crianças. Adolescentes. Adultos. Levantando pipa; playground; caminhando; conversando.
70	780m²	16h10	Praça. Arborizada.	Crianças. Subindo em árvores; brinquedo carrinho.
104	Não consta no mapa	15h53	Praça. Pavimentada.	Crianças. Soltando pipa.
110	6.018m²	14h50	Praça. Quadra de areia; playground; Praça. Arborizada;	Crianças, adolescentes e adultos. Playground; futebol.
113	15.018m ²	15h42	pavimentada; playground; campo de futebol de areia; quiosque e bancos para descanso;	Crianças, adolescentes e adultos. Jogando futebol.
151	8.960m²	15h30	Praça. Pavimentada. Arborizada.	Adolescentes. Conversando.
160	20.571m ²	15h50	Praça.	
171	17.900m²	16h30	Praça. Arborizada; playground; pavimentada;	Crianças, jovens adultos e adultos. Playground; sombra observando as crianças.
195	13.541m²	15h43	Praça. Parque. Playground; campo de futebol; pavimentada; quiosque e banco para descanso.	•
240	14.102m²	09h20	Praça. Arborizada; pavimentada; palco e camarim; arquibancadas.	Crianças e adolescentes. Conversando; usando tabaco.
243	2.500m ²	15h35	Praça. Arborizada; pavimentada; playground.	Crianças. Playground; levantando pipa.
244	1.500m²	10h00	Praça. Parque ecológico. Pavimentada; playground; aparelho para atividade físico- esportiva.	Crianças, adolescentes, jovens adultos, adultos e idosos. Futebol; playground; prática de atividade físico- esportiva.

Riller S. Reverdito, Silvana V. Capellari Costa, Espaços e Equipamentos Disponíveis para o Lazer Ester Jesus de Oliveira, Simone Aparecida de Oliveira e Rute Estanislava Tolocka

255	4.253m²	14h35	Prática de atividade físico- esportiva. Quadra poliesportiva; campo de futebol. Pista para caminhada e corrida.	Crianças e adolescentes. Aula de futebol; levantando pipa.
266	11.780m²	11h13	Praça. Parque. Pavimentado; playground; campo de futebol.	Crianças. Levantando pipa.

Nota: Adotamos aqui o número de identificação dos espaços segundo o mapa de ocupação do solo (2009/2012) fornecido pela Secretaria de Urbanismo do município de Hortolândia-SP.

Outros dez espaços (01, 03, 10, 13, 17, 94, 98, 189, 197, 209), ainda que sejam apontados como pertencente ao sistema de lazer, foram considerados espaços não urbanizados (QUADRO 2), tendo em vista o fato de não apresentarem benfeitorias em se tratando de equipamentos e conservação, e, ainda, ao considerar o aspecto de abandono e carência de manutenção. Também, foi verificado um espaço localizado em uma área privada (161 – condomínio fechado) e três espaços de ornamentação (61, 121, 129 – rotatórias, canteiro entre vias de tráfego de veículos).

QUADRO 2
Espaço, dimensões, horário da observação, características dos equipamentos e uso dos espaços não urbanizados.

Espaço	Área ocupada	Horário da Observação	Característica dos Equipamentos	Uso do espaço
1	677m ²	13h20	Não possui.	I
3	9.615m ²	13h40	Não possui.	
10	4.125m ²	14h00	Não possui.	
13	440m²	14h40	Não possui.	
17	13.681m²	10h33	Não possui.	Crianças jogando futebol; soltando pipa;
94	6.602m ²	17h03	Não possui.	• •
98	4.011m ²	16h30	Não possui.	Crianças soltando pipa
189	15.835m ²	18h05	Não possui	
197	5.120m²	16h45	Não possui.	Crianças e Adolescentes soltando pipa; jogando torrões de barro uns nos outros
209	5.055m ²	15h05	Não possui.	Crianças e adolescentes brincando de esconder; soltando pipa.

Dos espaços urbanizados dez possuíam equipamentos (37, 110, 113, 171, 195, 240, 243, 244, 255, 266). O equipamento playground (escorrega, gangorra, barras, balanço etc.) apareceu em oito espaços. Foi observado em seis espaços, equipamentos Licere, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012

Rute Estanislava Tolocka

orientados para a prática de atividade físico-esportiva, tais como pista para caminhada, campo de futebol, quadra de areia, quadra poliesportiva, campo de futebol, aparelhos fixos para a prática de exercício físico. Os demais equipamentos observados foram quiosques (em quatro espaços) e área para descanso e alimentação (em um espaço). Os equipamentos existentes no espaço 240 (palco, camarim, arquibancada, bancos, banheiros ou vestiários) configuravam como uma área usada para apresentações artístico-culturais (teatro, música).

Dos espaços urbanizados sete (21, 28, 104, 110, 151, 240, 243) apresentavam péssimo estado de conservação dos equipamentos (ferrugem, quebrados), manutenção e limpeza, proveniente de resíduos sólidos e orgânicos, além de odores e mato alto. Apenas sete espaços (37, 113, 171, 195, 244, 255, 266) apresentavam bom aspecto em relação à conservação dos equipamentos e limpeza.

Em relação às características do entorno dos espaços urbanizados, ainda que estivessem localizados em áreas residenciais, foram observadas atividades comerciais, vias de trânsito intenso, escolas, igrejas, hospitais e postos de saúde no seu entorno. Escolas, igreja ou hospital foram observado em oito espaços (28, 110, 113, 151, 171, 240, 243, 255) e atividades comerciais ou fábricas/indústrias, em oito espaços (37, 104, 113, 151, 195, 240, 243, 255). O tráfego intenso de pessoas e veículos foi observado em dez espaços (37, 70, 110, 113, 121, 129, 151, 171, 195, 266).

No que diz respeito à localização geográfica dos espaços urbanizados em relação à estrutura urbana dos bairros, seis estão localizados em regiões periféricas (21, 28, 37, 70, 110, 113) e dez em regiões centrais dos bairros (104, 151, 160, 171, 195, 240, 243, 244, 255, 266). Considerando também os espaços não urbanizados, os localizados em

regiões periféricas são dezessete (01, 03, 10, 13, 17, 21, 28, 37, 70, 94, 98, 110, 113, 189, 195, 197, 209).

Em relação ao uso dos espaços e equipamentos foram observadas 91 crianças envolvidas em jogos em treze espaços (17, 37, 70, 98, 104, 110, 113, 171, 197, 209, 243, 255, 266). Os jogos mais registrados entre as crianças foram os de soltar pipa (oito vezes), seguido do playground (cinco vezes), futebol (três vezes), além de jogos de perseguição, escorrega em declive, subir em árvores, luta e com objetos (carrinho, materiais disponíveis no ambiente). Foram observados 50 adolescentes em nove espaços (37, 110, 113, 151, 197, 209, 240, 244, 255), envolvidos em jogos de futebol, soltando pipa, praticando de atividade físico-esportiva, conversando e fazendo uso de tabaco. Seis jovens, 30 adultos e 4 idosos foram observados envolvidos em atividades físico-esportivas, observando as crianças e conversando. Em um espaço (240) também se observou 10 crianças fazendo uso de tabaco e conversando.

Ainda acerca da utilização dos espaços e equipamentos, foram registrados crianças e adolescentes envolvidos com jogos em espaços não urbanizados (17, 98, 197, 209). O maior número de crianças e adolescentes envolvidos com jogos foi observado em espaços urbanizados. Já os jovens, adultos e idosos foram observados somente em espaços urbanizados (37, 110, 113, 171, 244). Cinco espaços urbanizados (21, 28, 151, 160, 195) não estavam sendo usados, dos quais três possuem enquanto característica, o entorno circundado por vias de tráfego de veículos e pessoas, escolas, igreja ou hospital (21, 28, 151).

Discussão

A implementação de Políticas Públicas perpassa por fatores configuradores dos sistemas sociais (formas de comunicação, trabalho, modo de subsistência, locomoção,

percepção de espaço e tempo), que orientam seus objetivos e expectativas. Os objetivos e expectativas da sociedade ocidental, especialmente com relação às crianças, voltam-se para a preparação do futuro adulto (ANDRADE, 1998). Assim, na prioridade das ações, nesse caso, as políticas para democratização do lazer no tempo livre são sobrepujadas ao fazer (trabalho) produtivo.

Apesar de o município possuir uma maioria populacional com idades entre 0-19 anos (IBGE, 2010b), os espaços não estão disponíveis para a criança quando os observamos a partir da peculiaridade dessa população (mobilidade, acessibilidade e segurança) em relação às características do espaço, equipamentos, conservação e localização para o lazer. Confirmando a conjectura na qual levantamos a partir dos estudos de Veitch et al. (2006), Marcellino et al. (2007a, 2007b), Mariano e Marcellino (2008), Holt et al. (2008) e Rotta e Pires (2010), é possível afirmar que, apesar de possuirmos uma legislação ampla, a legislação não tem sido aplicada no que tange ao direito da criança ao jogo.

Os espaços caracterizam-se particularmente enquanto locais de acesso, áreas para circulação e ornamentação, tomando por referência a localização e os equipamentos existentes. O uso dos espaços para circulação de pedestre e ornamentação fica evidente pelo fato dos espaços estarem circundados por hospitais, centros comerciais, escolas, delegacias, dentre outros, além de vias de tráfego rápido, sugerindo serem espaços nos quais não havia outra finalidade, e então foram destinados ao Sistema de Lazer do município.

Ainda acerca da localização dos espaços, ficou evidente também que os espaços estão concentrados em regiões centrais ou regiões periféricas dos bairros, por conseguinte, distantes da residência da criança. Desse modo, limitando a acessibilidade

da criança, que se depara com grandes distâncias, além das vias de tráfego rápido que circunda os espaços, limitando ainda mais sua autonomia para frequentar esses ambientes. Logo, indo ao encontro dos resultados apontados também por Holt *et al.* (2008) e Veitch et al. (2006), quando os pais observam e ponderam o risco físico e social a que seus filhos estão expostos, a criança fica limitada à disponibilidade e motivação dos pais para frequentar esses espaços.

Porém, quando fazemos menção à autonomia da criança para frequentar esses ambientes, não estamos eximindo os pais da responsabilidade de proteção. Mas recorrendo ao Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) art. 4º em que é evocado o "dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade" a efetivação dos diretos da criança e dentre eles o lazer.

A distância entre a residência e os espaços de lazer, em relação à capacidade de mobilidade da criança, é observada como um problema de Política Pública de ocupação do solo, decorrente de um processo de urbanização desenfreado, no qual desconsiderou uma infraestrutura em que contemplasse espaços urbanizados para jogos (FERREIRA NETO, 1999; TEVES, 2001; RABINOVICH, 2003; BERNARDES, 2005). No município de Hortolândia fica evidenciado ao observar seu processo de urbanização, que ocorreu a partir de uma estrutura distrital, de um bairro, e de uma das maiores concentrações urbanas.

Além de serem inadequados à criança, os equipamentos oferecerem risco ao observar o estado de conservação, o que também foi apontado nos estudos de Mariano e Marcellino (2008c), Holt et al. (2008) e Rotta e Pires (2010). Nesse caso, em conformidade com Marcellino (2006b, 2008c), não basta apenas uma grande quantidade

de espaços, é necessário verificar se os mesmos estão disponíveis, perpassando por ações de manutenção e conservação.

Em relação ao conteúdo de lazer, tomando por referência os equipamentos existentes, ocorreu o predomínio de atividades físico-esportivas. Esse fato aponta para a necessidade de ampliação dos conteúdos do lazer, especificamente em se tratando da criança, das suas necessidades e aspirações como manifestação humana, conforme destaca Marcellino (2008a, 2008c).

Desse modo, observando as considerações de Marcellino (2008a) e Marcellino, Barbosa e Mariano (2008), que destacam que as Políticas de Lazer deverão considerar aspectos relacionados à construção do espaço, conservação, divulgação, preservação do patrimônio ambiental urbano, ações de incentivo à utilização e do quadro de profissionais, os resultados confirmam a conjectura levantada de que os espaços e equipamentos não estão disponíveis, considerando o total de espaços identificados no mapa de ocupação do solo, a proporção de espaços urbanizados e não urbanizados daqueles em que foram realizadas as observações.

Outro aspecto percebido nos resultados que nos permite dizer que não estão disponíveis é a desarticulação no âmbito dos elementos de uma Política de Lazer, desde as informações existentes no mapa de ocupação do solo às ações de incentivo a utilização dos espaços, haja vista que não foi observado nesses espaços nenhuma ação orientada para conteúdos de lazer e o aspecto de abandono.

Para a democratização dos espaços e equipamentos de lazer, propriamente aqui observado para a criança, além da sua construção considerando a mobilidade, acessibilidade e segurança, são necessárias ações de divulgação, incentivo a utilização e um quadro de profissionais qualificados (VEITCH et al., 2006; MARCELLINO et al.,

Rute Estanislava Tolocka

2007a; MARCELLINO et al., 2007b; MARIANO; MARCELLINO, 2008; HOLT et.

al., 2008; ROTTA; PIRES, 2010). Nesse estudo não foram registradas informações de

divulgação, ações de incentivo e o quadro de profissionais, justificando a necessidade de

outros estudos para relacionar o estado de conservação com utilização dos espaços.

Todavia, esse não é um problema de Política Pública de Lazer apenas da cidade

de Hortolândia-SP, nem tão pouco se limita a ações de construção de espaços e

equipamentos (VEITCH et al., 2006; MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008;

MARIANO; MARCELLINO, 2008; HOLT et al., 2008; ROTTA; PIRES, 2010).

Ocorre a necessidade de uma ampla discussão acerca dos direitos da criança ao lazer no

âmbito da aplicação da legislação vigente. Significa ampliar a discussão para o âmbito

dos sistemas sociais, para de fato sustentar o jogo enquanto uma necessidade básica para

o desenvolvimento da criança que deverá ser assumido enquanto responsabilidade nas

diferentes dimensões da estrutura social.

Na dimensão das Políticas Públicas de Lazer, democratizar os espaços de lazer

significa tomar por responsabilidade o desafio de tornar a cidade disponível, em

especifico, à criança, tendo por referência sua existência válida e legítima em si mesmo,

priorizando suas necessidades e aspirações.

Considerações Finais

A população residente em grandes centros urbanos vem aumentando de forma

17

constante nesse início de século (IBGE, 2010b). Especificamente em Hortolândia-SP, a

população está toda localizada no perímetro urbano e a cidade possui uma elevada taxa

de crescimento populacional, além de estar localizada em uma das regiões

metropolitanas de maior densidade demográfica.

Licere, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012

O resultado desse processo, realizado de forma desordenada, é a luta por espaço para diferentes finalidades, como: tráfego de veículos, circulação de pedestre, moradias, comércio, dentre outros. Nesse caso, resultante da barreira cultural de uma sociedade orientada para a produtividade e que despreza qualquer manifestação que seja pautada em um caráter de inutilidade aparente do jogo no tempo livre, o lazer não é prioridade nas Políticas de Ocupação do Solo.

O aumento populacional da cidade de Hortolândia não tem sido acompanhado por Políticas Públicas de Lazer, a começar pelo seu processo de urbanização, no qual até alcançar sua municipalização as Políticas de Ocupação do Solo e urbanização foram centralizadas nos centros regionais, conforme apontado nos estudos de Marcellino et al. (2007a, 2007b) acerca dos espaços e equipamentos de lazer na região metropolitana de Campinas.

Nesse contexto, além da ausência de Políticas Públicas de Ocupação do Solo que privilegiem espaços urbanizados para o Lazer, a criança ainda é restringida em seu direito ao jogo pelos objetivos e expectativas valorizadas no atual sistema social. A prioridade das Políticas Públicas voltam-se para a preparação do futuro adulto produtivo, como observamos em estudos que estudaram as restrições ao jogo em Instituições Escolares (CARVALHO; ALVES; GOMES, 2005; TOLOCKA et al., 2009; FARIA et al., 2010, TOLOCKA; BROLLO, 2010). Nessa direção, concluímos que outros estudos precisam ser realizados, na perspectiva de analisar a relação entre o tempo livre e o tempo ocupado no âmbito do lazer.

Qualquer debate acerca do direito da criança ao Lazer, tendo como principal conteúdo o jogo, deverá perpassar por diferentes dimensões da estrutura social, tendo seu direito legitimado em si mesmo e historicamente situado, detentor de significado

Rute Estanislava Tolocka

próprio a partir das expectativas e aspirações da criança que joga. Nesse caso, o jogo é

uma atividade primordial para criança na construção de sua relação com o mundo e do

mundo para com ela.

Desse modo, orientando-se pelas características e capacidade de mobilidade da

criança em relação aos espaços, equipamentos, localização, bem como o estado de

conservação e manutenção, concluímos, que o Sistema de Lazer não está disponível

para a criança.

Porém, não basta criar espaços, mas é preciso também torná-los disponíveis.

Tornar o espaço disponível é entendido aqui na dimensão de um processo de

democratização, no qual alcança a existência de quadros profissionais, características da

população a ser atendida, conservação, divulgação e incentivo a participação

(MARCELLINO, 2008c). É necessário também ampliar o conceito e conteúdo de Lazer

para a criança, no qual ainda está orientado sobre o ponto de vista do adulto.

Por fim, no âmbito das Políticas Públicas, é urgente a implementação de ações

que possam tornar o espaço disponível para criança jogar, de forma a minimizar o risco

físico e social a que está exposta e diminuir sua dependência do adulto, maximizando os

aspectos que garantam sua autonomia e liberdade de expressão, garantindo-lhes

possibilidades de praticar jogos fisicamente ativos, rumo a seu desenvolvimento

integral. Todavia, as ações deverão alcançar diferentes dimensões da estrutura social,

pois o direito da criança ao jogo é dever da família, municípios e estados.

Licere, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012

19

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. P.; GNOATO, G. O brincar e a cultura: jogos e brincadeiras na cidade de Morretes na década de 1960. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 111-117, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n1/v8n1a14.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

ANDRADE, A. N. A criança na sociedade contemporânea: do ainda não ao cidadão em exercício. **Psicologia. Reflexão e Critica**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.161-174, 1998. DOI: 10.1590/S0102-79721998000100010 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 07 jun. 2010.

BERNARDES, E. L. Jogos e brincadeiras: ontem e hoje. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 45-54, 2005. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/384/365>. Acesso em: 07 nov. 2010.

BRASIL. Estatuto da criança e adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The Bioecological Model of Human Development. In: LERNER, R. M. **Theoretical Models of Human Development. Handbook of Child Psychology.** 6. ed. New York: John Wiley Hoboken, 2006.

CARVALHO, A. M.; ALVES, M. M. F.; GOMES, P. L. D. Brincar e educação: concepções e possibilidades. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 10, n. 2, p. 217-226, mai./ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a08.pdf Acesso em: 20 ago. 2010.

CESCHINI, F. L. *et al.* Prevalence of physical inactivity and associated factors among high school students from state's public shools. **Jornal de Pediatria,** Rio de Janeiro, v. 85, n. 4, p. 301-306, 2009. DOI:10.2223/JPED.1915 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572009000400006 Acesso em: 25 fev. 2011.

FARIA, M. C. M. et al. Atividades motoras cotidianas e suas influências no desenvolvimento de pré-escolares. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 113-130, 2010. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/4991/7520 Acesso em: 02 mar. 2011.

FERREIRA NETO, C. O desenvolvimento da criança e a perspectiva ecológica do jogo. In: KREBS, R. J.; FERREIRA NETO, C. A. (Org.) **Tópicos em desenvolvimento humano motor na infância e adolescência.** Rio de Janeiro: LECSU, 2007, p. 92-103.

_____. O Jogo e os quotidianos de vida da criança. In: KREBS, R. J. et al. (Org.). **Perspectiva para o desenvolvimento infantil.** Santa Maria: SIEC, 1999, p. 49-66.

- Riller S. Reverdito, Silvana V. Capellari Costa, Espaços e Equipamentos Disponíveis para o Lazer Ester Jesus de Oliveira, Simone Aparecida de Oliveira e Rute Estanislava Tolocka
- FERREIRA NETO, C.; MALHO, M. M. Espaço urbano e a independência de mobilidade na infância. **Boletim do IAC**, Lisboa, n. 73, separata n. 11, p. 1-4, julho-setembro, 2004.
- GINSBURG, K. R. The importance of play in promoting healthy child development and maintaining strong parent-child bonds. **Pediatrics**, Elk Grove Village, v. 119, n. 1, 182-191, 2007. DOI: 10.1542/peds.2006-2697 Disponível em: http://pediatrics.aappublications.org/cgi/reprint/119/1/182. Acesso em: 02 jun. 2010.
- GIRADE, H. A.; DIDONET, V. (Orgs.). **O município e a criança de até 6 anos:** direitos cumpridos, respeitados e protegidos. Brasília: UNICEF, 2005.
- GUEDES, M. G. S. O jogo e a criança. In: KREBS, R. J.; FERREIRA NETO, C. A. (Org.) **Tópicos em desenvolvimento humano motor na infância e adolescência.** Rio de Janeiro: LECSU, 2007, p. 68-90.
- HOLT, N. L. *et al.* Neighborhood and developmental differences in children's perceptions of opportunities for play and physical activity. **Health & Place,** Southampton, v. 14, n. 1, p. 2-14, 2008. DOI:10.1016/j.healthplace.2007.03.002 Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VH5-4NBBYXR-1/2/b54d01fc14f9531b28753f7282c5d1a3>. Acesso em: 02 jun. 2010.
- HORTOLÂNDIA. **Prefeitura Municipal da Cidade de Hortolândia**. Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, 2010. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2010.
- IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009:** despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBEG, 2010a.
- IBGE. **Cidades@.** 2010b. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 22 mai. 2010.
- IFDM. **Índice FIRJAN de desenvolvimento Municipal Ano base 2007.** Sistema FIRJAN Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Ano 3, 201.
- LANCY, D. F. Accounting for variability in Mother-Child play. **American Anthropologist**, Arlington, v. 109, n. 2, p. 273-284, 2007. DOI: 10.1525/AA.2007.109.2.273 Disponível em: http://dx.doi.org/10.1525/aa.2007.109.2.273 Acesso em: 02 jun. 2010.
- McARDLE, P. Children's play. **Child: Care, Health and Development,** Exeter, v. 27, n. 6, p. 509-514, 2001. Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1365-2214.2001.00230.x/full Acesso em: 02 jun. 2010.

Riller S. Reverdito, Silvana V. Capellari Costa, Espaços e Equipamentos Disponíveis para o Lazer Ester Jesus de Oliveira, Simone Aparecida de Oliveira e Rute Estanislava Tolocka

MARCELLINO, N. C. Lazer e Educação Física. In: DE MARCO, A. (Org.). Educação Física: cultura e sociedade. Campinas: Papirus, 2006a, p. 47-69.

______. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b, p. 65-92.

_____. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007a. Disponível em: http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac201.pdf. Acesso em: 20

_____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e cultura.** Campinas: Editora Alínea, 2007b, p. 9-30.

_____. et al. **Espaços e equipamentos de lazer em Região Metropolitana:** o caso da RCM – Região metropolitana de Campinas. Curitiba: OPUS, 2007a.

_____. et al. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano:** políticas públicas – os casos de Campinas e Piracicaba/SP. Curitiba: OPUS, 2007b.

_____. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Editora Alínea, 2008a, p.11-26.

_____. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Editora Alínea, 2008b, p. 21-41.

_____. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Editora Alínea, 2008c, p. 11-16.

______.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 133-152.

MARIANO, S. H.; MARCELLINO, N. C. Equipamentos de lazer em cidades pequenas de região metropolitana. **Motriz,** Rio Claro, v. 14, n. 2, p. 168-178, 2008. Disponível em:

http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1651/1719 > Acesso em: 20 ago. 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MORAIS, H.; SANTOS, L. H. **IASP:** 60 anos transformando vidas – da fundação aos dias atuais do Instituto Adventista São Paulo. Hortolândia: Multicomm, 2009.

OXFORD DICTIONARIES. Oxford University Press, April 2010. Disponível em: http://oxforddictionaries.com/view/entry/m_en_us1278708>. Acesso em: 24 jan. 2011.

ago. 2010.

Riller S. Reverdito, Silvana V. Capellari Costa, Espaços e Equipamentos Disponíveis para o Lazer Ester Jesus de Oliveira, Simone Aparecida de Oliveira e Rute Estanislava Tolocka

PELLEGRINI, A. D. The role of play in human development. New York: Oxford University Press, 2009.

______.; DUPUIS, D.; SMITH, P. K. Play in evolution and development. **Developmental Review,** Ithaca, v. 27, p. 261-276, 2007. DOI:10.1016/j.dr.2006.09.001 Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/B6WDH-4M4KR5H-2/2/91637651b2424c1c545f98c22693f320. Acesso em: 02 jun. 2010.

RABINOVCH, E. P. Nos tempos dos avós. In: CARVALHO, A. M. A. et al. (Org.). **Brincadeira e cultura:** viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 09-48.

ROTTA, A. M. S.; PIRES, G. L. "Se essa praça, se essa praça fosse nossa...": espaços públicos e possibilidades para o lazer dos jovens de Caçados/SC. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV13N02_a1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SPINKA, M.; NEWBERRY, R. C.; BEKOFF, M. Mammalian play: training for the unexpected. **The Quarterly Review of Biology,** Chicago, v. 76, n. 02, p. 141-168, 2001. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11409050>. Acesso em: 25 dez. 2009.

TEVES, N. O espaço da criança cidadã do próximo milênio. In: KREBS, R. J. **Desenvolvimento infantil em contexto**. Florianópolis: UDESC, 2001, p. 203-220.

TOLOCKA, R. E. et al. Como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de crianças pré-escolares. **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2009. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV12N01_a5.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

TOLOCKA, R. E.; BROLLO, A. L. Atividades físicas em instituições de ensino infantil: uma abordagem bioecológica. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano,** Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 140-147, 2010. Disponível em: http://www.journal.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/viewArticle/9303>. Acesso em: 20 jan 2011.

UNICEF. A convenção sobre os direitos da criança, Portugal, 21 set. 1990.

VEITCH, J. et al. Where do children usually play? A qualitative study of parent's perceptions of influences on children's active free-play. **Health & Place**, Southampton, v. 12, n. 4, p. 383-393, 2006. DOI:10.1016/j.healthplace.2005.02.009. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VH5-4G04959-1/2/8b83635d0693ea4665294674fca9580c. Acesso em: 10 mai. 2010.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WINNICOTT, D. W. O brincar & a realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

Endereço dos Autores:

Riller Silva Reverdito Silvana Vilela Capellari Costa Ester Jesus de Oliveira Simone Aparecida de Oliveira Rute Estanislava Tolocka Faculdade Adventista de Educação Física/Curso de Educação Física Rua Pastor Hugo Gegembauer, 265 - Pq. Ortolândia CEP.: 13184-010 Hortolândia – SP – Brasil.

E-mail: rsreverdito@gmail.com riller_reverdito@hotmail.com